



## RELATO DE EXPERIÊNCIA

# ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA SEÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS – SEPOL, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR – LITORAL

---

Gabriel Lopes Figueiral Nogueira, Rubens Bez de Jesus, Débora Kaule e  
Valéria dos Santos de Oliveira

**RESUMO:** Dentro das Políticas Públicas temos as ações afirmativas ou políticas de ação afirmativa e compondo uma parte desta encontramos a Política de Cotas, e para este relato essas direcionadas especificamente para o Ensino Superior, assim delimitamos o objeto que trataremos neste trabalho. Neste contexto, o relato apresenta a experiência da Seção de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - SEPOL, ao recepcionar dois estudantes do curso de Administração Pública da UFPR - Setor Litoral para realização do estágio obrigatório. O presente relato apresenta uma análise dos trabalhos desenvolvidos durante o período de estágio na Seção, especificamente na unidade de Políticas Afirmativas - Educação Étnico Racial. Descreveremos a aplicação e construção do Plano de Atividades com relação ao Currículo do Curso e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB.

**Palavras-chave:** políticas públicas, ações afirmativas, política de cotas.

## 1. INTRODUÇÃO

Este relato aborda as questões trabalhadas com os estagiários do Curso de Administração Pública, no período em que atuaram na Seção de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis e Comunitários – SEPOL, tais como: leituras de textos sobre as temáticas, diálogos com as servidoras/servidores lotados na seção, ferramentas lúdicas, catalogação de livros para a Biblioteca da Sepol, colaboração e participação em Eventos, e como fechamento a elaboração de um produto final.

O Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, encontra-se no município de Matinhos, e oferece vaga em 14 cursos (seis Licenciaturas, três Tecnologias e cinco Bacharelados), onde um dos cursos de Bacharelado é o de



Administração Pública, o qual possui em sua grade curricular o Estágio Obrigatório, ou seja, o estudante deverá cumprir uma carga horária de 240 horas em estágio obrigatório.

Temos no Setor um Organograma Administrativo contendo duas Coordenações (Administrativa e Acadêmica) e compondo a Coordenação Acadêmica temos as Seções Administrativas, a SEPOL compõem essa seção, e juntamente com outras Seções, disponibiliza campo de estágio para alguns cursos, entre eles a Administração Pública.

## **2. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Conforme a Lei n.11788, de 25/09/08, o Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em um ambiente de trabalho, e faz parte do projeto pedagógico do curso, tendo como objetivo o aprendizado das competências da atividade profissional contextualizando o currículo, desenvolvendo no estudante o preparo para a vida cidadã e o trabalho. Este estágio tem duas modalidades: obrigatório e não-obrigatório.

No Curso de Administração Pública, o estágio obrigatório é composto por 240 horas, e pode ser realizado a partir do terceiro semestre, seguindo as legislações pertinentes e o Regulamento de Estágio Supervisionado do próprio curso.

## **3. SEPOL**

A Seção de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis e Comunitários – SEPOL é uma unidade administrativa da UFPR – Setor Litoral e tem como missão garantir à comunidade acadêmica as condições básicas para o desenvolvimento de suas atividades estudantis, preconizadas pelas Políticas de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas que são executadas na UFPR, por seus órgãos competentes. Conta com uma equipe multidisciplinar com profissionais como assistentes sociais, psicólogo, pedagogo, enfermeiro, médicos, assistentes administrativos, secretária executiva, tradutor e intérprete de linguagem brasileira de sinais-libras.



Seus objetivos são promover programas de apoio a permanência do estudante durante sua vida acadêmica até a colação de grau, compondo diferentes campos de ações: assistência estudantil, apoio psicológico, acompanhamento básico das questões de saúde, apoio pedagógico e acessibilidade nos limites possíveis da unidade; cooperar com o cumprimento das legislações que regem as questões de Políticas de Assistência Estudantil e de Ações Afirmativas, contribuindo para a implantação das mesmas; desenvolver e acompanhar programas de combate ao racismo, discriminação e preconceito às diferenças bem como de promoção da inclusão, no âmbito da comunidade acadêmica; acompanhar o ingresso e permanência dos estudantes indígenas, encaminhando suas demandas para os órgãos competentes; acompanhar o ingresso dos estudantes indígenas, realizando o diálogo com os seus respectivos tutores, no intuito de facilitar a integração do estudante nas rotinas administrativas da UFPR; propor ações que tornem o ingresso na UFPR Setor Litoral mais acessível às populações menos favorecidas da região do litoral e Vale do Ribeira; acompanhar e organizar o Vestibular para os candidatos que solicitem recursos nas questões de acessibilidade e necessidades especiais; divulgar aos estudantes com necessidades especiais os serviços e apoio que podem ser acessados na SEPOL.

#### **4. AÇÕES AFIRMATIVAS**

Ações afirmativas, políticas afirmativas, políticas de ação afirmativas são diferentes terminologias que utilizadas para tratar dimensão, que diz respeito à exclusão e inclusão de pessoas em diferentes espaços, e a necessidade de se voltar o olhar de forma mais apurada à questão das ditas “minorias”, grupos e/ou pessoas com prejuízos históricos, como os negros (as), indígenas, pessoas com deficiência, pessoas socialmente vulneráveis entre outras.

Podemos também destacar que as ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. A ação



afirmativa só se faz necessária quando percebemos um histórico de injustiças e direitos que não foram assegurados. (SEPPPIR, 2015).

Conforme descrito pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa - GEMA: “entre as medidas que podemos classificar como ações afirmativas temos: incremento da contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego e na Educação por via de metas, cotas, bônus; bolsas de estudo, etc”.

Destacamos assim, que *uma* dentre outras formas de ação afirmativa, são as políticas de cotas. Cotas são ações afirmativas que “priorizam a inserção social de grupos minoritários com o histórico de exclusão [...] por meio da reserva de vagas” (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2007, p. 70).

No universo do Ensino podemos destacar algumas ações afirmativas: As Lei 10.639/03 e 11645/08, alteram a Lei de Diretrizes e Bases (9645/96), incluindo a obrigatoriedade em todos os níveis de Ensino sobre “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Esta Lei é aprovada depois de vários momentos de Luta dos Movimentos Negros, que compreende que uma maneira de valorizar e combater o racismo e discriminação no Brasil é ensinar nas escolas, tanto públicas como privadas, os diversos aspectos da história e da cultura que alicerçou a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, resgatando a importância e contribuição nas áreas social, econômica e política dos povos africanos e indígenas na história do Brasil.

A Lei 12.711/12 e Lei 13.409/16, tratada como “Lei de Cotas”, foi sancionada pelo Governo Federal, a qual deve garantir 50% das vagas reservadas para estudantes oriundos de ensino fundamental e médio em escolas públicas, e que em cada uma das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) as vagas deverão ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade 19 da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal lei fomentou e fomenta discussões e que por sua atualidade, merece ser analisada em profundidade para verificação de seus desdobramentos na prática.



## 5. RELATO DE EXPERIÊNCIA

Apresenta-se dessa forma o relato de experiência dos estagiários que atuaram na SEPOL, descrito pelos mesmos.

A SEPOL trabalha a favor aos alunos e toda comunidade do Litoral do Paraná, trazendo como principal foco sua política de apoio social, racial e de acessibilidade. A missão da SEPOL é garantir as condições básicas para o desenvolvimento de suas atividades estudantis, pelas Políticas de Assistência Estudantil e Ações afirmativas que são executadas na UFPR, programas de apoio a permanência do estudante durante a vida acadêmica, compondo suas ações de assistência estudantil, apoio psicológico, acompanhamento básico das questões de saúde, apoio pedagógico e acessibilidade, desenvolver e acompanhar programas de combate ao racismo e discriminação e preconceito às diferenças, acompanhar o ingresso dos estudantes indígenas, encaminhando suas demandas para órgãos competentes.

Durante o período de estágio realizei às atividades presencialmente, leitura de textos, debates, diálogos, entre orientadores e estagiários: Ações Afirmativas; Evolução da Lei 12.711/12 nas Universidades Federais; Inclusão Social no Ensino Superior, um estudo no Setor Litoral da UFPR. Igualdade e Inclusão na Universidade; Planejamento Estratégico da Sessão. Jogos em grupo entre os orientadores e estagiários. Yoté – Jogo da estratégia dos povos africanos, conhecendo a história, lendo sobre os personagens. Organização e participação da equipe (estagiários e orientadores) da Sepol no Evento Presença Negra no Litoral.

A programação do evento Presença Negra no Litoral, contou com a abertura: Jovens Negras Fortalecidas em busca do Bem Viver; Oficina 1: Desafios da luta contra o racismo institucional e a busca pelo Bem Viver; Oficina 2: Fortalecendo as raízes, cuidados com o cabelo crespos, enrolados e ondulados; Oficina 3: Políticas Pública na promoção da Igualdade Racial e garantias de Direitos em saúde, segurança alimentar, moradia e trabalho; Oficina 4: Dança, o ventre como força criativa. Evento realizado na UFPR Setor Litoral no dia 03/06/2017.



Acompanhamento das Servidoras orientadoras Valéria de Oliveira e Débora Kaule, à duas estudantes de Serviço Social e Gestão Pública que necessitavam de informações sobre políticas de Cotas Raciais na UFPR e mais especificamente na UFPR Setor Litoral para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, PA e Artigos.

Acompanhamento da defesa da banca do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Artes do aluno da UFPR Litoral Lucas Dalcin, autista e disléxico, que ocorreu no dia 23/06/2017.

Acompanhamento e organização da relação de estudantes que ingressaram pelas políticas de ações afirmativas. Específico de Cotas Raciais na UFPR Setor Litoral. Elaboração da Cartilha, Inclusão na Universidade. Cotas e Bolsas. Com a finalidade de apresentar as principais vias de acesso à permanência no ensino superior, disponíveis para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas, e pessoas com deficiência.

Estagiar na SEPOL foi muito benéfico para o curso e para a vida profissional, cada atividade foi um aprendizado, a SEPOL está ligada às Políticas Públicas, que visa a melhoria na qualidade de vida através de suas ações, permitindo a inclusão e a acessibilidade dos cidadãos, como forma de gerar democracia e participação. Foi produtivo, cansativo porém prazeroso, abriu minha mente de como funcionava a política da Universidade. A SEPOL é uma empresa que trabalha em equipe, cumpre com sua missão, valores e as políticas da empresa, presta serviço aos acadêmicos e à comunidade com total respeito e competência.

***Rubens Bez de Jesus***

No primeiro dia estagiando na SEPOL (Seção de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis), contribui na organização do evento da Presença negra que aconteceu na UFPR setor Litoral, gostei bastante de participar da organização de um evento, que debatia entre outros assuntos, os desafios da luta contra o racismo institucional e a busca pelo bem viver.



Nas leituras passadas, pude compreender mais sobre os programas de acessibilidade e inclusão, e perceber a extensão de assuntos que a SEPOL pode incluir nestes meios e suas diversas atividades.

Considero, ainda mais, que a SEPOL, exerce uma atividade bastante importante para a comunidade acadêmica.

***Gabriel Lopes Figueiral Nogueira***

Como um dos resultados desse processo, como um produto final do estágio na seção, ocorreu a elaboração de um panfleto explicativo para divulgação que trata das ações afirmativas, das cotas, do enem, do sisu, das bolsas e auxílios e da Sepol, direcionado a comunidade interna e externa. Entretanto ressaltamos que já foi utilizado e entregue aos estudantes do ensino médio da rede pública de ensino de alguns municípios do litoral do Paraná em função da divulgação do Vestibular UFPR 2017/2018.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As lutas dos movimentos sociais, as lutas e a atuação institucionais são fundamentais para o avanço, conhecimento e compreensão das políticas e leis que tratam e promovem as ações afirmativas para que haja a inclusão de grupos e/ou pessoas com prejuízos históricos, como destacados os negros (as), indígenas, pessoas com deficiência, pessoas socialmente vulneráveis entre outras, em diferentes espaços, principalmente dentro do espaço educacional e aqui especialmente no Ensino Superior, visando oferecer igualdade de oportunidades a todos.

Este relato de experiência procurou apresentar a importância da abertura de campo de estágio, nas seções administrativas da UFPR - Setor Litoral, para que os estudantes do Curso de Administração Pública possam acrescentar em seu currículo a vivência no espaço público, e principalmente na seção em questão, o estudante tem a oportunidade de visualizar a aplicação da Política Pública construída e muitas vezes estudada curricularmente, mas que nem todos terão a chance de aprender na dinâmica do sistema.



Procuramos apresentar sucintamente o Setor Litoral, a SEPOL, o Estágio Obrigatório na Administração Pública, as Ações Afirmativas, algumas Leis referentes à temática, Currículo do Curso, o Relato de Experiência pelas vozes dos estagiários Rubens Bez de Jesus e Gabriel Lopes Figueiral Nogueira, as atividades: leituras de textos sobre as temáticas, diálogos com as servidoras/servidores lotados na seção, ferramentas lúdicas, catalogação de livros para a Biblioteca da Sepol, colaboração e participação em Eventos, e como fechamento a elaboração de um produto final e como um dos resultado desse processo, como um produto final a elaboração de um panfleto explicativo para divulgação.

Portanto, reconhecemos a importância da temática ser debatida e compreendida nas comunidades interna e externa das Universidades e do espaço governamental.

Como ressaltado anteriormente ocorreu entre outros aspectos, como importante resultado desse processo, um produto final do estágio na seção, a elaboração de um panfleto explicativo para divulgação que trata das ações afirmativas, das cotas, do ENEM, do SISU, das bolsas e auxílios e da SEPOL. Planejamos e iremos trabalhar a posteriori para que esse material se torne uma cartilha.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9394, de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23/12/1996, p.27833. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. **Lei 10639/03, de 09/01/2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10/01/2003, p.1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. **Lei 11645, de 10/03/2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-



Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, 11/03/2008, p.1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)> . Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. **Lei 11788, de 25/05/2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26/08/2008, p.3. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm) . Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. **Lei 12.711/12, de 29/08/2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30/08/2012. 164 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)> . Acesso em: 15 out. 2012.

BRASIL. **Lei 13409, de 28/12/16**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, 29/12/2016,p.3. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1) . Acesso em: 16 out. 2017.

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA. (2011) “**Ações afirmativas**”. Disponível em: [http://gemaa.iesp.uerj.br/index.php?option=com\\_k2&view=item&layout=item&id=1&Itemid=217](http://gemaa.iesp.uerj.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=1&Itemid=217). Acesso em: 16 jun. 2017

GUARNIERI, F.V; MELO-SILVA, L.L. “**Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos**”. Psicologia & Sociedade. vol.19 n.º 2 Porto Alegre May/Aug. 2007.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/>> . Acesso em: 20 mar. 2016.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Ações Afirmativas**. Disponível: <<http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - Setor Litoral. **Graduação - Cursos**. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/>>. Acesso em: 16 out. 17.